

## ANTICAPACITISMO : VIVÊNCIAS DE UMA PIBIDIANA AUTISTA NAS ARTES VISUAIS COMO ATO DE RESISTÊNCIA

Éden Cieglinsky Cardoso<sup>1</sup>  
FURG  
Associado/a/e ANPAP: Não

### RESUMO

A proposta deste trabalho é refletir sobre a experiência de ser uma estudante autista, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no curso de Licenciatura em Artes Visuais. Busca compreender como ser uma pibidiana autista mobiliza práticas de resistência, afetações e transformações nos espaços educativos. O presente estudo defende que a representatividade de pessoas neurodivergentes nas artes e na educação contribui para um movimento mais amplo de transformação social.

### PALAVRAS-CHAVE

Arte/Educação. Pibid. Anticapacitismo. Neurodivergência. Representatividade.

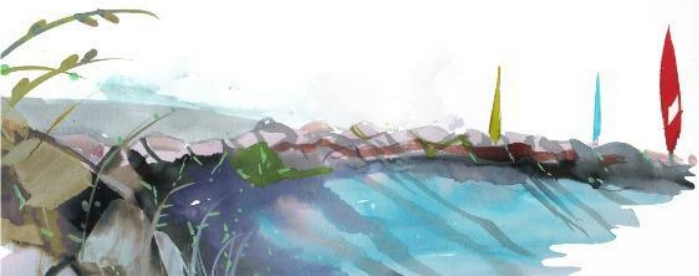
Este trabalho se trata de um relato de experiência de uma estudante autista do curso de Artes Visuais Licenciatura, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e suas vivências como bolsista no Programa de iniciação à docência (PIBID). Estar na escola a partir de um lugar de fala (Ribeiro, 2019) que articula vivências e práticas, busco discutir como os desafios e as potências da neurodivergência se entrelaçam com os fazeres artísticos e pedagógicos, alinhada com a urgência da necessidade de um olhar anticapacitista nas instituições de ensino. A atuação como pibidiana autista permite não só repensar práticas pedagógicas inclusivas, mas também tensionar o próprio conceito de normalidade que rege as relações nas escolas e universidades.

Cotidianamente, uso meu cordão de identificação de autismo principalmente na universidade e no transporte público, para sinalizar que preciso de atendimento ou assento prioritário e evitar qualquer conflito por causa de comportamentos regulatórios ou minha fala “sem filtros” que podem acabar sendo mal interpretados. No entanto, toda vez que descia do ônibus e chegava perto da escola em que estou fazendo a bolsa, tirava meu cordão, pois sendo uma pessoa que recebeu seu diagnóstico tardiamente, ainda estou me adaptando, me redescobrando e me entendendo como professora simultaneamente.

Por receio de que algum aluno poderia me perguntar seu significado e eu não saberia o que dizer, ou até mesmo de algum pai de aluno vir a questionar minha capacidade como educadora, criei o costume de guardar o cordão na mochila. Porém, houve um

---

<sup>1</sup> Graduanda em Artes Visuais Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5052921811957230>. Rio Grande - RS, Brasil.

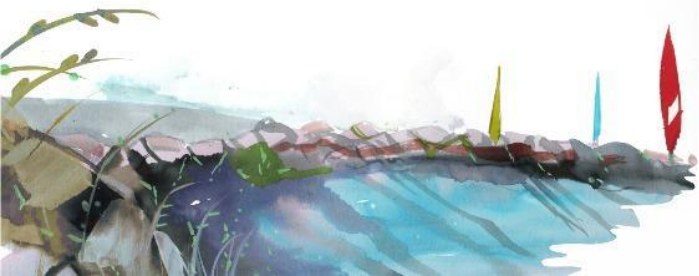


dia que eu me esqueci e entrei com o cordão na escola e logo um dos meus alunos se aproximou curioso e perguntou: “Uau, tu é autista?”. Surpresa e um pouco sem saber como reagir, respondi: “Sim, sou sim...” enquanto pensava, apreensiva, o que ele poderia dizer, mas ele completou com alegria: “Que legal, eu também! Sou suporte 2”. Ainda meio desconcertada, respondi: “Ah, entendi, eu sou suporte 1”. Nesse momento, seus olhos brilharam e ele, sorrindo, disse: “Nossa, então tu me entende, professora! Bate aqui!”. O alívio que esse aluno demonstrou em não ser o único que vê o mundo de forma diferente naquele espaço é indescritível, para além disso, estou falando sobre esperança, se enxergar em mim talvez faça ele se projetar em uma universidade. Cada autista é único, tem limitações e características distintas, assim como todos os seres humanos, mas ver um professor autista atuando é enxergar uma das possibilidades de futuro profissional para a comunidade neurodiversa.

Nos é empurrado como verdade, que nossos corpos não deveriam estar aqui e em lugar nenhum, se não for à margem da sociedade, pois nosso tempo é diferente. Não conseguimos produzir de maneira tão veloz que irá condizer e se encaixar com a lógica capitalista, pois pessoas neurodivergentes precisam de mais tempo de descanso do que pessoas típicas, logo que, capturamos muito mais estímulos e precisamos que nosso cérebro descanse para entendê-los. Visto que, pessoas típicas já são negadas o direito ao descanso e lazer pelo capitalismo através das escalas de trabalho, me questiono o que será que sobra para nós. Vivemos no nosso “próprio mundo” e esse mundo não é no planeta terra, não é nas escolas já que os inclusos “atrapalham” o aprendizado dos colegas, não é na universidade, logo, não é sendo professor e certamente não é no mercado de trabalho pois nos é dito que não somos capazes. O verdadeiro problema é o capacitismo, é uma sociedade que se recusa a adaptar nossas necessidades, nos entende como peso morto e como incapazes de gerar lucros, portanto não temos valor.

Uma sociedade minimamente evoluída cuida de seus idosos, doentes e deficientes, entende que com adaptações podemos ser “úteis”, já que há essa necessidade tão grande de utilidade nas pessoas como se fossem objetos criados para determinado fim, se não temos utilidade somos descartados. Mas seguindo essa lógica, podemos ter “utilidade”, ela só se daria de uma forma diversa, às vezes, uma jornada reduzida (benéfica para todos, não só autistas), um home-office, até mesmo um elástico nos pés da mesa do estudante com TDAH, para que ele possa se regular mantendo seu corpo em movimento, controlando sua ansiedade e aprender aquilo que é demandado que se aprenda. Por meio de pequenas ou grandes adaptações podemos caminhar juntos para uma educação transgressora e libertadora (Hooks, 2013).

Quando corpos neurodivergentes ocupam lugares de referência, como o da docência, abrem-se brechas para que estudantes também se reconheçam, se sintam validados e acolhidos. Essa representatividade nas licenciaturas, especialmente nas artes, assume um papel político fundamental, pois a luta anticapacitista não se limita à acessibilidade física ou metodológica, mas envolve também a valorização dos saberes, das subjetividades e das experiências de pessoas com deficiência e neurodivergentes. Um olhar anticapacitista só se consolidará a partir das trocas com o outro e convivência diária.

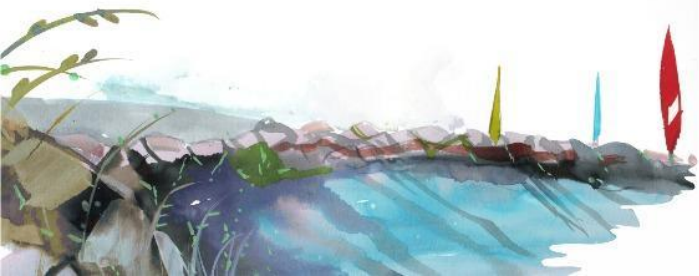


Certo dia, escutei um aluno chamar o outro de autista, como forma de xingamento, aquilo me fez refletir, qual seria a melhor maneira de intervir, pois diversas vezes os alunos nem sabem realmente o que estão falando, nem o peso do preconceito que suas palavras carregam, apenas reproduzem falas de uma sociedade capacitista. Penso que, ao invés de me ofender com o ocorrido e repreendê-los dizendo que não devem falar essas coisas uma melhor solução seria incentivar o pensamento crítico, indagar o motivo de falarem aquilo e porque isso seria algo negativo, visto que, na maioria das vezes que esse tipo de situação ocorre, o autor da fala se sente envergonhado e pede desculpas. Se fazer vulnerável na frente dos seus alunos não é tarefa fácil, mas devemos pensar se realmente funciona responder ao preconceito com intimidação, em casos mais graves talvez seja necessário, porém frequentemente é questão de diálogo e é na convivência que se aprende a respeitar a diferença e o espaço do outro. Mostrar que aquela fala me fere, gera reflexão, reconciliação e até cessa aquele tipo de comportamento, uma vez que gera um conhecimento genuíno e não apenas uma ação punitiva.

A vivência no PIBID revelou os espaços de invenção e potência que se abrem quando as diferenças são acolhidas como epistemologias, não como limitações. Já passou da hora de entendermos a diversidade como ferramenta muito poderosa na construção de saberes. Na perspectiva de Krenak (2019), pensar outros modos de existência é resistir aos modelos de humanidade que excluem a diversidade. Portanto, a presença de corpos neurodivergentes nas artes e na educação é uma questão de reconfiguração epistemológica e estética. Percebe-se, por exemplo, que a sensibilidade ampliada, o hiperfoco e os modos não lineares de processamento cognitivo, características muitas vezes vistas como "déficits", podem ser recursos valiosos na construção de práticas artísticas e didáticas. Contudo, essas potências só emergem quando os espaços estão abertos à escuta, à adaptação e à desconstrução de paradigmas capacitistas.

Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos. (KRENAK, 2019, p.16).

Se eu, como docente autista, trago uma cosmovisão neurodivergente, percebo, sinto e organizo o mundo de maneira diferente. Isso não é uma limitação, é uma potência epistêmica. Minha prática pedagógica pode ser mais sensorial, visual, estruturada em hiperfocos, ou pode respeitar os tempos diferentes de processamento. Isso, por sua vez, questiona um modelo educacional que foi construído a partir da lógica neurotípica e capacitista. Logo, a cosmovisão não é só um detalhe pessoal, é uma base política, epistemológica e afetiva para construir outro modo de educar e de fazer ciência. Por muito tempo, a produção de conhecimento foi (e por vezes ainda é) guiada por uma cosmovisão eurocêntrica, colonial, capacitista e patriarcal, que valoriza: a objetividade



fria, o método linear, lógico e racional, negando os saberes sensíveis, corporais, espirituais e subjetivos. Quando adotamos outras cosmovisões, como as indígenas, afrocentradas, neurodivergentes, decoloniais ou anticapacitistas, passamos a reconhecer que outros modos de produzir conhecimento são igualmente válidos, ou seja, se minha cosmovisão entende que todos os corpos e mentes têm valor e potência, minha prática pedagógica se torna mais aberta, inclusiva, sensível e dialógica, valorizando o saber que nasce da experiência (lugar de fala) e o saber construído na coletividade e interdependência.

Este trabalho reafirma que não há inclusão sem escuta ativa, sem descolonização dos saberes e sem a desconstrução dos padrões normativos que estruturam as práticas educativas e artísticas. É necessário compreender que práticas verdadeiramente inclusivas não se limitam à aplicação de recursos acessíveis ou conteúdos adaptados, mas passam pelo reconhecimento das subjetividades, das experiências e dos corpos dissidentes como potências formadoras e transformadoras.

Ao trazer a perspectiva de uma docente neurodivergente em formação, torna-se evidente que a representatividade importa, não apenas como símbolo, mas como prática concreta de resistência ao capacitismo que atravessa os espaços acadêmicos e escolares. A luta por uma educação anticapacitista exige repensar metodologias e ampliar o entendimento sobre o que é produzir conhecimento, acolhendo e incentivando as diferentes cosmovisões, especialmente no campo das artes, onde a pluralidade de modos de existir, criar e aprender devem ser não apenas aceitas, mas valorizadas como parte central do processo formativo. Portanto, ocupar este espaço enquanto pibidiana autista não é apenas uma experiência pessoal, mas um ato político que afirma que não há justiça educacional possível sem a presença, a escuta e o protagonismo das pessoas com deficiência e neurodivergentes dentro dos processos de ensino, de criação e de transformação social.

## Referências

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.